

Os preteridos e os preferidos: sinal dos tempos da educação

AUSONIA DONATO^I e MONIQUE BORBA CERQUEIRA^{II}

Introdução

ESTE ARTIGO não se propõe à formalidade dos especialistas nem se assenta numa visão tecnocrática da educação, tampouco se prende a uma racionalidade estritamente acadêmica. Apostamos numa narrativa múltipla que coopere para dar visibilidade ao que nos impressiona – o mundo do alto de sua acidez e doçura. A Educação nos provoca o sentimento intenso de aspirar pelo que não sabemos e pelo abrasamento de libertar-nos. Compreendemos os contornos do saber como algo que nunca nos trará conforto, mas sim a consciência de quem somos e o que fazemos. Experimentamos a educação como um fenômeno eletrizante, uma oportunidade de construção permanente de mundos que precisamos compartilhar com a presença honesta do outro. Isso significa a necessidade de resgatarmos os melhores princípios do processo educativo, como participação, tolerância, respeito, responsabilidade, compromisso, pureza e, antes de tudo, encantamento.

Pretendemos fazer uma rápida digressão sobre os desafios do processo educacional de forma bastante simples, comentando temas e citando casos amplamente conhecidos, mas sublinhando o fator indignação como ponto que consideramos um grande hiato na Educação hoje. Embora seja uma constante presenciarmos atos indignados em manifestações públicas vinculadas ao processo educativo, um silêncio impera ao longo dos fluxos cotidianos que expõem a rotina educacional às catástrofes de cada dia. Nesse quadro, o passado e o presente estão ligados por heranças perversas que persistem e dificultam, em muito, a construção de um futuro digno para a Educação. É a naturalização da feia paisagem educacional a que assistimos todos os dias como tragédia – falta de infraestrutura, salas lotadas, professores desvitalizados, baixíssimos níveis de aprendizagem – que indica a falta de indignação e clamor pela Educação.

É preciso informar em límpido traçado que não aceitamos o subsolo terrível de proposições que se dirigem à Educação, nem tampouco a falta de prioridade, o descompromisso e a indiferença permanente que vêm atingindo o ensino público no país – das creches à Universidade.

Cabe à Educação abrir o mundo numa superação de tudo que reina dentro e para lá de nós mesmos, gerando o exercício contínuo de descortinarmos o surpreendente e o imperceptível. A Educação é como a árvore e seus galhos que apreciamos todos os dias. De repente, ela aparece habitada pelo pássaro, que não

víamos antes. Quando percebemos o pássaro na árvore nos tornamos outros, o que promove uma mudança interna e externa, individual e coletiva capaz de se multiplicar ao infinito.

Contaram-nos que as imagens da imensidão vivem no ato de educar e aprender, podendo assim ligar destinos. Por tudo que a Educação é, ela habita fundo o nosso desejo, fazendo que o chamado processo educacional continue a ser reconhecido como agente fundamental de transformação do sujeito.

Os preteridos e os preferidos

Começar por um samba talvez não seja coisa vã. Lançado em 1969, o LP Martinho da Vila (Vila, 1969) apresentava, dentre suas canções, uma faixa intitulada “O pequeno burguês”. É interessante o quanto esse título aponta para uma relação direta com os dias atuais, mostrando o abismo que separa a Educação e a sociedade. Uma leitura cuidadosa da canção é reveladora de diversos aspectos que têm caracterizado as políticas educacionais nos âmbitos público e privado nesses quase cinquenta anos que correspondem ao intervalo entre o lançamento do samba e os dias atuais.

Trata-se, *grosso modo*, do relato de um sujeito que havia conseguido acesso à educação superior, cumprindo, ao que tudo indica, um roteiro supostamente marcado pela ascensão social e econômica. Afinal, passar no vestibular ainda corresponde, no imaginário social, a uma transformação vigorosa na vida de muitas pessoas.

Ao longo do samba, variando entre o trágico e o cômico, vamos acompanhando uma espécie de tomada de consciência do sujeito que corresponde às experiências de milhares de brasileiros. Vamos à canção:

O pequeno burguês

Felicidade, passei no vestibular
Mas a faculdade é particular
Particular, ela é particular
Particular, ela é particular

Livros tão caros tantas taxas pra pagar
Meu dinheiro muito raro,
Alguém teve que emprestar
O meu dinheiro, alguém teve que emprestar
O meu dinheiro, alguém teve que emprestar

Morei no subúrbio, andei de trem atrasado
Do trabalho ia pra aula, sem
Jantar e bem cansado
Mas lá em casa à meia-noite tinha
Sempre a me esperar
Um punhado de problemas e criança pra criar

Para criar, só criança pra criar
Para criar, só criança pra criar

Mas felizmente eu consegui me formar
Mas da minha formatura, não cheguei a participar
Faltou dinheiro pra beca e também pro meu anel
Nem o diretor careca entregou o meu papel
O meu papel, meu canudo de papel
O meu papel, meu canudo de papel

E depois de tantos anos,
Só decepções, desenganos
Dizem que sou um burguês muito privilegiado
Mas burgueses são vocês
Eu não passo de um pobre-coitado
E quem quiser ser como eu,
Vai ter é que penar um bocado
Um bom bocado,
Vai penar um bom bocado. (Vila, 1969)

A canção inicia com uma expressão que carrega em si um conjunto de sonhos e desejos, “felicidade!”, seguido daquilo que motivou esse sentimento: “passei no vestibular!”. Essa frase se transformou ao longo do tempo na expressão de uma conquista que estabelecia um limite muito claro entre dois grupos sociais, aqueles que teriam o reconhecimento expresso em aspectos simbólicos, traduzido pelo título de doutor, e aos que se negavam a possível continuidade dos estudos. Essa diferença, estruturante quando pensamos na constituição da sociedade brasileira, tem início em tempos em que ainda nem se cogitava compreender o Brasil como nação. O samba nos revela, em seus dois primeiros versos, um mecanismo que constitui um dos maiores impasses quando pensamos quais seriam as finalidades de um processo educacional. Afinal, a educação não deveria ser pensada como uma estratégia de emancipação de todos e de cada um? (Freire, 1987, p.30).

O primeiro choque que contradiz o sentimento de felicidade do sujeito que havia passado no vestibular é a conclusão de que a “faculdade é particular”, bordão repetido várias vezes no início da canção. O fato de ser particular faz que o acesso a esse nível educacional seja condicionado à troca econômica obrigatória imposta a uma parcela significativa da população. Assim, a reiteração do termo “é particular” vai minando o sentimento de felicidade inicial do protagonista do samba. Não se trata, portanto, de uma reflexão consciente do processo de exclusão que submete o personagem “pequeno burguês”. Lentamente, a cada repetição (cinco vezes) de que “é particular”, o sonho da faculdade vai se tornando impossível para muitos, assim como a perspectiva de ascensão social através da educação. São os preteridos pelo sistema, ainda que se esforcem para se tornar os preferidos. Ou seja, no Brasil a inserção no sistema educacional pode significar uma forma, muitas vezes, de inclusão mascarada de exclusão social.

Nas estrofes seguintes, observamos a jornada do sujeito que, após ter passado no vestibular, se dá conta dos limites financeiros da empreitada educativa – livros e taxas para pagar. Fica evidente a incompatibilidade entre a vida do trabalhador, chefe de família, que ao final do curso vê o sonhado “canudo” sonegado. Apesar de ter conseguido completar, a duras penas, o curso universitário e ser até considerado um burguês, nosso herói chega ao momento de sua maior aprendizagem. Ele descobre que “não passa de um pobre coitado”. A pobreza revelada como experiência imediata da realidade denuncia a impossibilidade de ascensão e o esvaziamento do saber, aspecto que pode ser percebido no silêncio do sujeito quanto ao que ele de fato aprendeu e no que se formou.

O retrato alegórico desses versos nos coloca uma problemática, já reiterada anteriormente, quando pensamos os fins últimos da Educação. Muitos frequentam os bancos escolares para adquirir uma formação que não possuem. Passam pelo sistema educacional sem que se eduquem, concluindo um penoso processo sem adquirir aprendizagens fundamentais que os tornem cidadãos.

Baseando-nos em um pensador incontornável como Milton Santos, há três tipos de seres sociais que podemos identificar em um projeto ou política educacional: o cidadão, o consumidor e o usuário. A história da Educação apresenta várias tendências pedagógicas que explicitam como formar o cidadão (Santos, 2000, p.47). Algumas vezes, defendeu-se a ideia de que o cidadão devia espelhar o homem culto, ilustrado. Em outros momentos, o cidadão era aquele que deveria ser bem aceito pela sociedade e em outras circunstâncias seria aquele que apresentasse um domínio técnico que permitisse sua interação com os modos de produção. O que se pode observar é que para cada uma dessas tendências há uma articulação diferenciada entre os fatores homem, educação e sociedade, assim como há uma distinção numa leitura mais inclusiva, que incorpora a relação entre professor, conhecimento e aluno.

Nos casos em que a instituição escolar, bem como as suas leis regulatórias propõem a formação desideologizada de seus alunos podemos notar uma visão da sociedade acrítica. Uma política educacional inspirada num cidadão sem a capacidade de transformar o mundo reforça o contingente de inúmeros jovens, adolescentes e crianças cuja única alternativa de inserção no mundo social se dá pelo consumo de produtos ou serviços de má qualidade, fenômeno que se reproduz com o ingresso no sistema público, desde a educação básica, passando pelo Ensino Médio, até a faculdade particular. Como já foi dito, a passagem pelo sistema escolar não promove uma realocação do sujeito diferenciada na dinâmica social. Tudo se faz para que as coisas permaneçam como sempre foram.

Nessa lógica da reprodução da exclusão pelo sistema educacional é importante tecer algumas considerações a respeito da mercantilização do ensino e suas várias gradações. Em pleno momento de crise da sociedade brasileira avança o mercado de colégios de elite no país cujas mensalidades chegam a R\$ 10.000,00: “Eles ensinam matemática, física, química e biologia em inglês, ado-

tam currículos internacionais e prometem formar líderes globais que irão cursar as melhores universidades do mundo” (*Folha de S.Paulo*, 8.4.2018).

A distância social no Brasil surge como um fenômeno incomensurável, abrindo-se como um despenhadeiro assombroso entre o “pequeno burguês” descrito por Martinho da Vila e a verdadeira burguesia brasileira, impávida e colossal.

A vida do estudante pobre, ao entrar em contato com elementos da cultura letrada, pode evidenciar a reificação do próprio ato de aprender. O livro, por exemplo, elemento importantíssimo na aquisição de conteúdos pode custar um valor proibitivo para a grande maioria dos alunos, assim como os computadores, as calculadoras avançadas e toda a tecnologia que passou a ser considerada item essencial dos currículos educacionais contemporâneos. São inúmeras as aquisições que se tornam economicamente inviáveis, mas obrigatórias, a quem está submetido ao regime das trocas econômicas na Educação.

A educação partida

O protagonismo dos grandes educadores brasileiros, suas causas e lutas por uma educação libertária e plural têm cedido lugar a novos atores e distintas propostas. O que dizer do projeto Escola sem Partido? Eis aqui um tiro na arte de aprender e ensinar: institui-se por lei a alienação dos alunos e a criminalização dos professores. Trata-se de uma perspectiva grosseira, baseada em um conjunto de proibições que impedem que os diversos saberes dialoguem.

Tornar desejável formar um cidadão desprovido de atitude crítica corresponde ao cerceamento de um direito fundamental ao processo educacional, qual seja, não fornecer ao sujeito ferramentas necessárias para que ele possa transformar o mundo. Afinal, não existe mudança da realidade sem que se questionem profundamente os valores produzidos por uma sociedade.

É importante dizer: estamos vivendo tempos de regressividade na vida brasileira. O cenário é de perplexidade e, sobretudo, intenção duvidosa no tocante a como equacionar os problemas reais do nosso país. Então, hoje não se trata de surpreendermo-nos com as pequenas irregularidades da vida, mas de não nos rendermos às derrotas que teimam em nos revisitarem. A educação precisa necessariamente ser experimentada com liberdade e conduzida a partir de valores éticos.

A centralidade da educação como demanda social e política tem gerado um contexto singular e, embora recorrentemente propositivo, caracteriza-se hoje por uma onda de conservadorismo deplorável.

Diz o Projeto de Lei 1.411, de 2015, do deputado federal Rogério Marinho (PSDB-RN), coordenador da bancada tucana na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados no Congresso Nacional.

Art. 146 – A. Expor aluno a assédio ideológico, condicionando o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário, ideológico ou constringer o aluno por adotar posicionamento diverso do seu, independente de quem seja o agente: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um)

ano e multa. § 1º. Se o agente for professor, coordenador, educador, orientador educacional, psicólogo escolar, ou praticar o crime no âmbito de estabelecimento de ensino, público ou privado, a pena será aumentada em 1/3.

§ 2º. “Se da prática criminosa resultar reprovação, diminuição de nota, abandono do curso ou qualquer resultado que afete negativamente a vida acadêmica da vítima, a pena será aumentada em 1/2”. (Brasil, 2014)

É infinitamente mais honesto agitar-se nas nossas ações e reflexões do que se retirar, esconder-se – não se pode aceitar um convite à uniformidade, muito menos se abrir à comunhão com a estupidez. A face destrutiva dessas propostas tem sempre como pano de fundo o bate-boca, a gritaria de grupos hostis e intolerantes em defesa de teses sem qualquer sustentação filosófica, teórica, e sequer vinculam-se ao saber do senso comum. Trata-se de procurarmos, ao contrário, a claridade que atravessa a vida, pois é com ela que podemos impor à Educação sua única obrigação: libertar.

Estamos diante de um projeto de lei que objetiva solucionar problemas na Educação utilizando-se do sistema penal para punir o professor, sujeito fundamental no processo ensino-aprendizagem, considerado nessa lógica o algoz da falência educacional e supostamente investido de um poder extraordinário de transferir conhecimentos perniciosos sem que exista qualquer crítica dos alunos. Ainda que tais projetos não encontrem a repercussão imaginada na realidade social e legal, apontam para a existência de forças de conservação difíceis de ultrapassar na difícil batalha de passar a Educação a limpo.

O mal-estar provocado pelas iniciativas do projeto Escola sem Partido culmina, entre outras coisas, com o total cerceamento do debate em sala de aula sobre questões de gênero e sexualidade, mostrando que a onda reacionária veio disputar espaços definidores de poder no campo cultural e político. Tons sentenciosos que exaltam o moralismo na educação não conseguem conviver com a franqueza no olhar, nas palavras, nas ideias dos bons educadores que diariamente chegam e regressam das salas de aula firmes como pés de pombos.

Não é possível gestar uma sociedade íntegra com uma dimensão moral que impõe limites, códigos e regras que apontam para a subordinação dos sujeitos. É preciso fazer descer ao plano das relações a honestidade e a generosidade como uma ética que se atualiza na rotina de cada dia.

Todo esse debate acende o fato de que a lógica corretiva na educação nos faz lembrar que o desgaste do pensamento na Educação nos remete igualmente aos castigos e suplícios aplicados aos moleques, desordeiros, vagabundos e recalcitrantes nos séculos XVI e XVII (Ariès, 1981, p.185). O professor tem sido apontado como agente inútil e fracassado no processo educativo, inimigo da qualidade do ensino, merecedor dos baixos salários que lhe são impostos. Inscrito numa lógica circular esse argumento vai asfixiando as estratégias progressistas e legitimando a impostura e o desinvestimento dos governos na Educação.

A educação de nível superior, ao contrário de tudo que se conquistou no Brasil tem sofrido fortes abalos. Esse ano fomos todos surpreendidos por notícias impensáveis tempos atrás. A mídia noticiou amplamente que estava no Senado a proposta de extinção dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Sociologia e Artes Cênicas nas Universidades Federais brasileiras. Tal medida beneficiaria diretamente o setor privado que teria exclusividade na oferta de cursos de Humanidades. Nessa lógica, como garantir a liberdade e o pensamento crítico na Educação?

Para completar esse cenário, o governo brasileiro anuncia a intenção de fazer que 40% do Ensino Médio sejam implementados mediante ensino a distância. Vamos lembrar o aprofundamento da situação de evasão escolar que atinge o Ensino Médio no Brasil hoje, o que exige reformulações realmente estruturais que atendam esse seguimento. Sem contar que a Educação de Jovens e Adultos a distância também se encontra em discussão no Conselho Nacional de Educação, mudança que pode ter consequências ainda mais perversas.

“Eu não quero mais estudar”

No momento atual, não é preciso um exame mais criterioso para constatar que, ainda que todos clamem por educação, na maior parte das vezes, impõe-se uma bandeira vazia. “Queremos educação de qualidade!”, “Queremos escola de tempo integral!” Palavras de ordem em favor da educação têm se tornado bravatas úteis para encobrir a falta de profundidade no debate e o compromisso necessário para viabilizar cada proposta vocalizada ou já inscrita no âmbito legal. Nesse sentido, a educação torna-se refém de ideias que não saem do papel, e mesmo com ampla retaguarda jurídica, o resultado é a implementação de práticas inócuas e perversas, contrárias ao idealizado e esperado pela sociedade.

A reflexão e o debate tem cedido lugar às soluções fáceis na educação e ao total desvirtuamento das propostas já implantadas na rede de ensino. Assim, pais trazem permanentemente demandas por escolas de tempo integral, que resolvem tão somente o problema de famílias que não têm onde deixar os filhos durante o dia. Em São Paulo, conversando com professoras que trabalham em escolas de tempo integral, observamos que elas identificam sempre as mesmas distorções: ociosidade dos alunos no período da tarde e repetição da carga teórica oferecida pela manhã, tudo isso em salas de aula inadequadas, sem ventilador e em condições precárias. Não há professores disponíveis para desenvolver as atividades diversificadas, e quando surgem, repetem os conteúdos teóricos dados pela manhã, porque não existe estrutura nessas escolas capaz de confirmar as “maravilhas” da escola de tempo integral, exceto nas campanhas eleitorais e promessas de governo. Em São Paulo os alunos podem passar um dia nessas escolas em situação pior que a de um presidiário cujo banho de sol é, pelo menos, assegurado, diz uma professora da rede. Os alunos ficam confinados durante a sua longa permanência nessas instituições sem ver a luz do sol. O corpo contido é o principal alvo de repressão na ânsia de reproduzir o conteúdo dos currículos escolares (Foucault, 2004, p.14).

O aumento do número de horas na escola, por si só, não resolve, como também pode piorar a situação da rede de ensino. A transposição automática de modelos bem-sucedidos em outros países não terá a mesma resposta no Brasil sem que vários outros problemas sejam resolvidos, como a remuneração dos professores, a diminuição de alunos por turma e o investimento na infraestrutura e manutenção da escola pública.

Ver a escola como a reprodução do nosso próprio espaço vital leva a uma interrogação: como nos imaginamos abrigados no espaço educacional? Como nos reconfortamos, quais os nossos refúgios e pontos de aconchego como alunos e educadores? Estamos tratando aqui de ambientes que reproduzem insatisfação, porque desprovidos de energia para superação das angústias próprias ao ambiente escolar. O desafio da Educação não é para os astutos, zombadores e cruéis. Por isso, é imperativo desalojar a obscuridade que querem nos impor e, ao contrário, exercer o extremo poder humano de salvaguardar o bem comum na perigosa e difícil tarefa de educar.

O garoto Miguilim, personagem de Guimarães Rosa, falava desencantado que “não tinha vontade de crescer, de ser pessoa grande”, porque “a conversa das pessoas grandes era sempre as mesmas coisas secas” (Rosa, 2001, p.52). Miguilim diria que o que se faz hoje com milhões de crianças e jovens brasileiros é obra do “desatino das pessoas grandes” (ibidem, p.42). Os adultos, esses seres que chegaram à idade em que a lei lhes concede completa capacidade para os atos da vida civil, estão nos governos, instituições e grupos vinculados ao processo educacional brasileiro. Nós nos perguntamos quando virá o salto real de qualidade na Educação capaz de tirar o nosso povo das estatísticas internacionais mais humilhantes. Por certo, isso acontecerá quando a Educação ocupar o centro de todos os debates nacionais, pois estamos nos referindo a um processo contínuo que hoje está acontecendo à custa do choro, da dor, da apatia dos sujeitos e da indiferença de governos e da própria sociedade. O Ministério da Educação (MEC) tem declarado seus constantes esforços para a universalização da educação sem se preocupar que as escolas cheias venham a ser tão somente o que já são hoje, um depósito de crianças sem esperança nem condições de desenvolverem a sua real potencialidade.

Contaram-nos a seguinte história: na sala de aula da primeira série de uma escola pública de tempo integral, localizada em um bairro nobre da zona oeste de São Paulo, um menino de sete anos levantou a mão e pediu à professora para ir ao banheiro. A professora consentiu. Passaram-se dez, vinte, quarenta minutos e a professora suspeitou que o menino estivesse brincando em outros espaços da escola. Então ela saiu da sala e foi procurá-lo. Não achou e foi para o banheiro que estava aparentemente vazio. Olhando por baixo de uma das portas, viu os pezinhos vestidos com um tênis surrado. Ao chamá-lo pelo nome, ele respondeu:

– Tô aqui professora!

- Esse tempo todo?
- É que não tem papel higiênico!

A síntese da história é a seguinte: o menino estava apertado para fazer cocô, saiu correndo da sala de aula e por isso não parou na secretaria para pedir papel higiênico, uma vez que não colocam papel no banheiro “para evitar desperdícios”. Quer dizer, o papel higiênico não permanece em tempo integral no banheiro, enquanto o menino passa as nove horas na escola. A secretaria era próxima do banheiro, mas o menino disse ter ficado com vergonha de gritar para que alguém viesse em seu socorro. Isso mostra a falta de respeito e integração entre a escola e as crianças. É muito preocupante que uma criança de sete anos ainda não tenha sido socializada para administrar com autonomia suas necessidades fisiológicas básicas. Nesse contexto insinua-se a gestão conservadora da escola que impede que as crianças sejam educadas no sentido de aprender a cuidar do próprio corpo e zelar pelo material de consumo da escola. As crianças são tratadas desde pequenas como delinquentes cujas práticas jamais serão transformadas e por isso devem ser submetidas a controle e vigilância permanentes.

Nesse quadro disparatado podemos citar também o caso da merenda escolar, iniciativa nacional que mostra o grau de compromisso dos governos com a educação e dá visibilidade ao padrão alimentar que está sendo oferecido aos alunos. Vamos citar o caso do Ensino Médio, tão negligenciado nas políticas educacionais.

Em 2016, o conhecido crítico gastronômico Jota Bê foi convidado para experimentar durante uma semana a merenda dos estudantes de Ensino Médio oferecida pela rede pública do estado de São Paulo (*Revista Trip*, 19.5.2016). Há um vídeo na internet que ilustra a experiência, mostrando cada prato, comentado por Jota Bê. No conjunto dos pratos servidos fica clara a indiferenciação dos alimentos misturados. No primeiro dia, Jota Bê resalta que a comida é feia, o cheiro não é bom, assim como o paladar; “o feijão, arroz e carne são de péssima qualidade” (ibidem). Ele diz: “a ideia de comer isso de segunda a sexta-feira é aterrorizante” (ibidem). A quantidade ínfima de comida, consumida no intervalo de vinte minutos, também não condiz com a necessidade alimentar dos adolescentes. Não podemos deixar de lembrar que a merenda escolar pode ser a principal refeição do dia para crianças e adolescentes vulneráveis socialmente. Podemos nos perguntar, então, se a merenda escolar identificada como problema em todo Brasil permite que a refeição diária na escola contribui para a melhoria da aprendizagem.

A educação vista de perto

Para educar é necessário sempre tomar como ponto de partida o resgate de certos valores: o projeto de formação do ser humano e que concepções a sustentam. Que pressupostos devemos reforçar no processo formativo de nossas crianças, adolescentes e jovens? A passividade e a obediência? A participação ativa e crítica ante os problemas que surjam para a sociedade? Formamos para

o mundo competitivo ou solidário? Desejamos condutas individualistas ou cooperativas?

Ter consciência de quais valores estão em jogo é a base do trabalho do educador. Uma atuação docente que não seja fundamentada em um conjunto claro de valores pode se tornar uma iniciativa automatizada, sem significado, apenas a reprodução de formalidades. Essa conduta reforça uma visão de mundo mais associada à tecnocracia e não propriamente à educação.

Vivemos em uma sociedade em que o consumismo e a competição são correntes. Nesse sentido, observamos transformações que se traduzem em um processo de mercantilização da educação. Ou seja, essa mesma educação tem sido tratada como um produto, uma mercadoria, afastando-se de princípios fundamentais, defendidos por gerações de educadores que apontam o papel social das instituições de ensino como um direito de todos.

Para nós, a educação é um constructo histórico, coletivo, cultural, próprio de cada país. E, por essa razão, talvez poucas vezes tenha sido tão necessário perguntarmos quais, afinal, são as finalidades do processo educativo.

Inicialmente resgatemos duas situações retiradas de nossa experiência como educadoras que apesar de circunscritas a um tempo e um espaço determinados se assemelham a inúmeras outras vivências de educadores brasileiros.

A diretora de uma determinada escola pública, localizada no interior do estado de São Paulo, teve a iniciativa de oferecer aos estudantes de sua escola uma série de atividades de caráter extracurricular, todas elas voltadas ao desenvolvimento de capacidades relacionadas ao universo artístico literário. Tratava-se de oficinas de arte, saraus, práticas musicais, encenação de teatro cujo intuito era o de não apenas fomentar uma formação artística para os alunos, como também resgatar valores de certo modo esquecidos pelos currículos oficiais. O propósito, portanto, não era ocupar as crianças no contraturno nem propiciar comportamentos relacionados ao consumo de objetos culturais e artísticos. Longe disso, o que estava na ação e desejo da diretora era possibilitar aos alunos uma formação baseada no princípio da integralidade. Segundo essa perspectiva, o sujeito pode se considerar inserido em um processo de formação, na medida em que não apenas tem acesso ao conjunto de experiências curriculares definido legalmente, como também possa se apropriar de um repertório simbólico que o vincule a uma história que transcenda ao lugar em que vive.

As crianças e adolescentes, ao recitarem poemas do século XIX, entoarem canções regionais ou encenarem textos derivados do teatro brasileiro e universais, estabelecem um vínculo com as esferas da cultura que, de outra forma lhes seria negado.

Uma análise da dimensão educacional nessa proposta, até certo ponto, destituída de uma fundamentação altamente elaborada, nos possibilita refletir quais são os valores que circulam nas trocas entre alunos, professores e objetos de conhecimento.

Esse projeto, contudo, não seguiu adiante. Ao contrário do que se possa imaginar, não foram a baixa adesão dos alunos à proposta, a falta de recursos financeiros e estrutura física que interromperam essa iniciativa. Os pais de alguns alunos (ou talvez, da maioria) questionaram o fato de se “perder tanto tempo com coisas inúteis”, ao invés de se oferecer aulas extras de matemática, ciências, “essas, sim, importantes para que os alunos consigam, no futuro, melhores empregos”.

Com as mudanças no mundo do trabalho motivadas em grande parte pela presença de novas tecnologias, os saberes relacionados à cultura, às formas de representação simbólica, à capacidade de resolução de problemas, uma formação geral sólida que contemple a dimensão do aprender a aprender torna-se cada vez mais essencial para a inserção na sociedade.

Outra situação interessante ocorreu em uma aula de Orientação Educacional, numa escola particular de São Paulo de classe média intelectualizada. Com a finalidade de discutir o uso e abuso de drogas, elegeu-se o conceito de vulnerabilidade no sentido de se conhecer as situações em que os jovens se sentiam vulneráveis. Para tanto, a orientadora solicitou aos alunos que elegessem cinco nomes de pessoas que, em caso de sentirem-se inseguros, necessitados de “um ombro amigo”, procurariam tais pessoas para ajudá-los. Antes, porém, teria pedido a relação de dez pessoas quando uma outra educadora que estava presente se surpreendeu e disse: “É muita gente, dez! Imagina!”. Ela tinha razão, porque a maioria não conseguiu elencar sequer cinco pessoas. Surpreendente é que todos possuem centenas de amigos na internet.

Após as discussões esses jovens afirmaram não ter quase ninguém em quem confiar. Essa história nos faz pensar na função social da escola, na sua capacidade de intervir educacionalmente nas condições de sociabilidade de seus alunos, no sentido em que as crianças e os jovens vivenciem e valorizem os encontros presenciais como espaço de formação, de aprendizagem e constituição de sua identidade. Além disso, que eles possam lidar com o caráter coletivo de seu lugar social como estudantes, como jovens e trabalhadores.

Há um senso comum entre os educadores de que os problemas de disciplina e aprendizagem são oriundos de problemas familiares. Atribuem o fracasso escolar às questões familiares, eximindo-se de sua responsabilidade com uma explicação simplista e preconceituosa da realidade. Por outro lado, as famílias culpabilizam a escola pelo fato de as crianças e jovens não aprenderem. Por parte da sociedade há um processo de culpabilização e vitimização direcionado tanto à escola e ao professor quanto ao aluno e à sua família.

Algumas considerações sobre isso devem ser feitas. As dificuldades de aprendizagem e o fracasso escolar são produtos de múltiplos fatores, incluindo o funcionamento da própria instituição escolar que estabelece um currículo ao qual todos os alunos têm que se adaptar, mas apenas alguns são capazes de segui-lo.

No contexto da escola pública é preciso reconhecer que essa família está junto com outros grupos sociais inseridos no mesmo território, isso significa que a escola no seu projeto político-pedagógico deve estar aberta para interação com atores sociais do território que se relacionam com os jovens e as crianças. Por exemplo, as unidades básicas saúde, conselho tutelar, Centro de Referência de Assistência Social (Cras), igrejas, clubes de serviço etc. As pessoas que habitam o território devem sentir que a escola é delas.

Por fim, faz-se necessário explicitar as responsabilidades de cada instituição (família e escola) na construção dos seres humanos que desejamos solidários, éticos, que possuam conhecimentos sólidos, respeitosos e conscientes. Para isso é preciso reforçar a importância de se estabelecer uma parceria produtiva entre essas duas instituições. Se, por um lado, a família em suas novas configurações não pode ser considerada como a única responsável pelo insucesso escolar de seus filhos, por outro, é possível acreditar que sua aproximação com a escola só venha beneficiar e potencializar a aprendizagem acadêmica dos alunos (Fevorini, 2009, p.37).

Referências

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 01- 00325/2014 do Deputado Rogério – PSDB – RN. Tipifica o crime de Assédio Ideológico e dá outras providências. Altera o Decreto-lei n.2.848, de 1940 e a Lei n.8.069, de1990. 2018. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1229808>>.
- FEVORINI, L. B. *O envolvimento dos pais na educação escolar dos filhos: um estudo exploratório*. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- FOLHA DE S.PAULO. Com mensalidades de até R\$ 10 mil, mercado de colégios de elite avança. Folha Cotidiano.1p. São Paulo. 8.4.2018.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PINHO, A.; MARIANI, D. SP tem quase 2 professores agredidos ao dia; ataque vai de soco a cadeirada. *Folha de S. Paulo*. 17.9.2017. Educação. São Paulo. 2p.
- REVISTA TRIP. Crítico gastronômico Jota Bê almoça merenda de escola estadual de SP. São Paulo. Editora Trip, 19.5.2016.
- ROSA, G. *Manuelzão e Miguilim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 2000.
- VILA, M. da. *Martinho da Vila*. São Paulo: RCA Victor. Faixa 3. Disco de vinil, 1969.

RESUMO – Um cenário de grave inconsistência atinge os níveis educacionais brasileiros. É preciso investir na infraestrutura educacional, na carreira do professor, nos mecanismos de controle social, incentivando a participação das famílias e comunidade. Mas é fundamental dar centralidade aos aspectos éticos, políticos e pedagógicos capazes de favorecer a liberdade de ensinar e aprender, concorrendo para uma política efetiva de transformação do sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Processo educacional, Ética, Liberdade.

ABSTRACT – A scenario of major inconsistency is reaching Brazilian educational levels. It is necessary to invest in educational infrastructure, teachers' careers, and the mechanisms of social control, while encouraging the participation of families and the community. It is, however, crucial to give centrality to the ethical, political and pedagogical aspects that are capable of favoring the freedom to teach and to learn, striving for an effective policy of transformation of the individual.

KEYWORDS: Educational process, Ethics, Liberty.

Ausonia Donato é educadora, mestre e doutora em Saúde Pública, diretora do Núcleo de Formação e Desenvolvimento Profissional do Instituto de Saúde e diretora pedagógica do Colégio Equipe. @ – ausonia@isaude.sp.gov.br

Monique Borba Cerqueira é pesquisadora científica do Instituto de Saúde, mestre em Sociologia (Unicamp), doutora em Movimentos Sociais e Políticas Sociais (PUC/SP), pós-doutorado em Ciências Sociais (PUC/SP). @ – moniqueb@terra.com.br

Recebido em 24.5.2018 e aceito em 21.6.2018.

^{1, II} Instituto de Saúde, São Paulo, São Paulo, Brasil.

